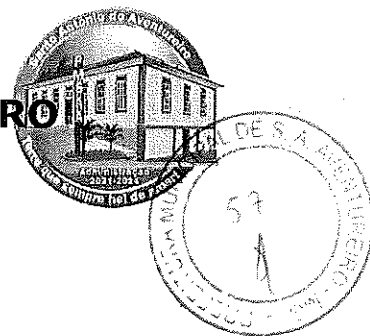




**PREFEITURA MUNICIPAL DE
SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO**
CNPJ: 17.710.476/0001-19



PARECER JURÍDICO

“CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS VETERINÁRIOS ESPECIALIZADOS, QUE COMPREENDEM A ESTERILIZAÇÃO (CASTRACÃO) DE ANIMAIS (CÃO E GATO, MACHO OU FÊMEA), BEM COMO AVALIAÇÃO PRÉ E PÓS OPERATÓRIA E PREPARO PRÉ-OPERATÓRIO (HIGIENIZAÇÃO ANIMAL E REALIZAÇÃO DE HEMOGRAMA COMPLETO, SE NECESSÁRIO) E, AINDA, MEDICAÇÃO PÓS CIRÚRGICA– Dispensa de Licitação”

Por determinação do Exmo. Sr. Prefeito Municipal, o servidor Mateus Silva Rocha, Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de Santo Antonio do Aventureiro, consulta-me, expressamente, acerca da possibilidade de se realizar a **prestação de serviços veterinários especializados, que compreendem a esterilização (castração) de animais (cão e gato, macho ou fêmea), bem como avaliação pré e pós operatória e preparo pré-operatório (higienização animal e realização de hemograma completo, se necessário) e, ainda, medicação pós cirúrgica**, a fim de atender a necessidade do Município com a manutenção da saúde pública e do bem-estar animal dentro dos limites de seu território, mediante Dispensa de Licitação.

Acompanhando a consulta estão a Proposta e Documentação da empresa Pet By Vet Clínica e Comércio de Produtos Veterinários Ltda. – EPP, propostas dos Veterinários Dr. Vitor Rezende Ferreira e Dra. Luana Silva Couto, além da Solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.

Diante disso, transcrevo o seguinte dispositivo da Lei Federal 8.666/93 e do Decreto nº 9.412/2018:

LEI FEDERAL 8.666/93.

“Art. 24 – É dispensável a licitação:

(...)

II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a”, do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez”.

DECRETO Nº 9.412, DE 18 DE JUNHO DE 2018

Art. 1º Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:

(...)

II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:

a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);

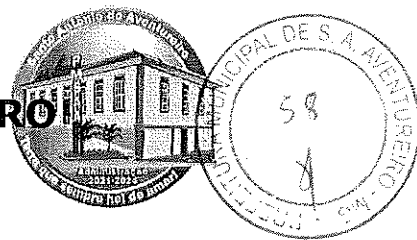
(...)

Assinatura

68



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO**
CNPJ: 17.710.476/0001-19



Começo evidenciando que a Constituição determina que a obtenção de bens e serviços pela Administração Pública deverá ser antecedida, em regra, de licitação, um procedimento preliminar formal, isonômico e vinculado, voltado ao atendimento do interesse público e à escolha da proposta mais vantajosa, no entanto, a Lei Federal 8.666/93 (Lei Geral de Licitações e Contratos Públicos) autorizou hipóteses em que a realização da competição poderá ser dispensada através de contratações diretas.

Observa-se que as exceções ao princípio da obrigatoriedade de licitar estão regulamentadas pelo Diploma legal acima citado, em seus artigos 24 e 25, podendo se dar por dispensa ou inexigibilidade de licitação.

A dispensa de licitação, será possível, portanto, quando, embora possível a realização de procedimento licitatório, o mesmo não seja viável, autorizando a lei que o servidor não promova a licitação. Isso quer dizer que a autorização prevista no art. 24 não possui força vinculativa ao administrador, cabendo a este a escolha de realizar ou não procedimento de licitação no caso concreto.

Entretanto, em que pese a liberdade concedida, para que o Estado possa valer-se da dispensa de licitação é necessário que haja expressa previsão legislativa. Não-por outra razão é que o art. 24 da Lei Federal 8.666/93 traz um rol taxativo de trinta e cinco situações em que é dispensável a realização de certame licitatório, hipóteses essas que não admitem interpretações extensivas para que a obrigação de licitar seja afastada.

Com efeito, o critério adotado pela lei, para estabelecer a hipótese de dispensa de licitação é finalística, atendida a finalidade legalmente posta, possível será a contratação direta. O legislador se escusou, portanto, de enumerar o que poderia ou não ser contratado, possivelmente por compreender que, diante da situação concreta, imprevisíveis são as medidas que se farão necessárias para a sua solução, sendo mais eficiente indicar o que se propõe a habilitação legal para dispensa da licitação, do que indicar, exhaustivamente, o que poderá ser contratado.

Observa-se que a referida contratação tem por base prestar um serviço relevante para o controle reprodutivo dos animais de estimação, gerando impacto positivo na redução da população animal e, por conseguinte, na propagação de doenças que tem por vetores/hospedeiros tais animais, considerando o reflexo direto deste quadro na saúde pública e na qualidade de vida das pessoas e animais, sendo preciso reconhecer e intervir de modo responsável sobre o controle populacional de cães e gatos no município, mediante a adoção de programas de educação em saúde, guarda responsável e esterilização.

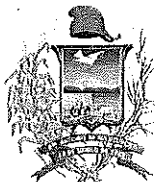
Registra-se, também, que como a Secretaria Municipal de Saúde não dispõe de serviços especializados em assistência animal, com exceção da campanha de vacinação antirrábica, necessário se faz implementar o atendimento municipal, de forma que, a longo prazo, se reverta o processo de hipertrofia populacional.

Então, como o valor desta contratação é de R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais), conforme proposta já mencionada anteriormente, valor este inferior ao limite previsto no inciso anteriormente descrito, ou seja, inferior a 10% (dez por cento) de R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais), limite este que caracterizaria a confecção de procedimento diverso depois do advento da publicação do Decreto 9412/2018, não há a obrigatoriedade de se confeccionar procedimento licitatório.

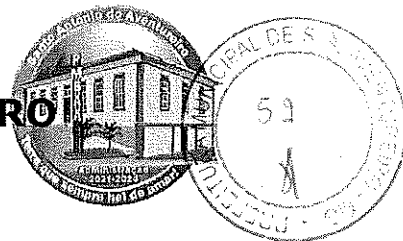
Salienta-se, que a firma Pet By Vet Clínica e Comércio de Produtos Veterinários Ltda. – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.930.051/0002-57, apresentou proposta no valor total de R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais); o Dr. Vitor Rezende Ferreira, inscrito no CPF sob o nº 141.383.326-85, no valor total de R\$ 25.200,00

Handwritten signature

Handwritten mark



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO**
CNPJ: 17.710.476/0001-19



(vinte e cinco mil e duzentos reais); e, a Dra. Luana Silva Couto, inscrita no CPF sob o nº 130.647.806-54, no valor total de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

Registra-se que a empresa Pet By Vet Clínica e Comércio de Produtos Veterinários Ltda. – EPP apresentou os seguintes documentos: Última Alteração Contratual com a Consolidação do Contrato Social, Carteira de Identidade do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais de sócio da empresa, Alvará Sanitário, Alvará de Licença para Localização e Funcionamento, CNPJ, CRF do FGTS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União, Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual, Certidão de Regularidade com a Fazenda Municipal e Certidão Cível de Falência e Concordata Negativa, além da Declaração de que Não Emprega Menor, demonstrando, assim, sua regularidade jurídica, fiscal e trabalhista.

Observando-se tudo que já foi exposto se vê claramente que os princípios gerais que regem a Administração como o da legalidade, da sustentabilidade ambiental, da economicidade, da isonomia, da moralidade, da impessoalidade e o da supremacia do interesse público, aqui são amplamente respeitados.

Assim, firmo este parecer favorável à dispensa de licitação para a contratação dos serviços veterinários especializados, que compreendem a esterilização (castração) de animais (cão e gato, macho ou fêmea), bem como avaliação pré e pós operatória e preparo pré-operatório (higienização animal e realização de hemograma completo, se necessário) e, ainda, medicação pós cirúrgica, da empresa Pet By Vet Clínica e Comércio de Produtos Veterinários Ltda. – EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.930.051/0002-57, com sede à Rua Carlos Torres, nº 21, Centro, em Santo Antonio do Aventureiro – MG, em razão de ser a melhor proposta apresentada, com o valor total de R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais), o que faço, com fulcro no art. 24, II, da Lei Federal 8.666/93.

Por fim, se confirmada, pela autoridade competente, a dispensa de licitação em pauta, retornem-me os autos para a confecção do contrato.

É o meu parecer, s.m.j.

Santo Antonio do Aventureiro - MG, 16 de julho de 2021.



Rodrigo da Costa Bittencourt – OAB/MG 91.823
Assessoria Jurídica

